

BRASÍLIA: problematizando a cultura de uma cidade-Estado

Brasilmar Ferreira Nunes

RESUMO: O presente artigo procura discutir aspectos da cultura do Plano Piloto de Brasília, ocupado em grande parte pelos funcionários públicos que aí trabalham e vivem. A partir da bibliografia que estuda o espaço urbano sob o enfoque sociológico, procuramos nas características da burocracia, enquanto categoria analítica, alguns elementos que nos auxiliem na compreensão dos aspectos gerais do habitante médio dessa área do Distrito Federal. No momento de sua construção e durante sua consolidação muitos dos que optaram pela cidade conseguiram se inserir na lógica social aí presente; hoje ela apresenta em termos gerais problemas sociais semelhantes aos das demais cidades do país, à exceção, justamente, do Plano Piloto. Desta forma, apesar de se apresentar aos olhos da nação como uma área de exceção, este Plano Piloto é, de fato, um excelente laboratório para compreender a relação entre urbanismo e práticas sociais, a partir de uma categoria sócio-profissional específica.

PALAVRAS-CHAVE: Brasília, funcionalismo, urbanismo, planejamento urbano, classe média, burocracia.

“TIPO IDEAL” DE CIDADE NUM ESPAÇO SOCIAL URBANO TRADICIONAL

Os textos básicos de história urbana colocam Brasília como um dos mais acabados exemplos de aplicação dos princípios do racionalismo funcional, desenvolvidos em congressos internacionais de arquitetura moderna. A originalidade da experiência está no seu porte, seja em termos da sua dimensão física, quanto no plano sócioeconômico e político.¹

Esta lógica se sustenta com base numa realidade de dupla face: de um lado, um espaço urbano moderno, que é o Plano Piloto, onde

¹ “Sua concepção físico-espacial expressa claramente os postulados progressistas (Choay, 1965) subjacentes aos CIAMs ao ocorrer como um ato de razão, sem âncora no passado urbano do Brasil, nem relação com características da região natural que a acolheu” (Kohlsdorf, M.E. e Bicca, B.E., 2001). Ver, também, Leme (1999).

se implanta uma infra-estrutura de elevado padrão, orgulho de arquitetos e urbanistas; de outro lado, as cidades satélites, muitas delas se apresentando como áreas típicas de cidades subdesenvolvidas, onde predominam precariedades generalizadas, áreas enigmáticas que mostram sua face sobretudo em períodos eleitorais. O resultado é curioso pois, apesar do discurso de uma nova nação em construção dentro da qual Brasília se constituiu no símbolo mais expressivo, ele mostra, pouco a pouco, que o que vai se consolidando como modelo foge ao padrão modernista de cidades em voga na segunda metade do século XX. No lugar, uma massa enorme de populações se insere na lógica tradicional das áreas urbanas brasileiras, com heterogêneas formas de ocupação do solo, padrões urbanísticos, perfil sócioeconômico, bolsões de miséria, etc. Ironicamente, se constrói um retrato da nação – em branco e preto – de maneira quase lapidar.

De fato, a originalidade do projeto arquitetônico fica restrita quase que exclusivamente ao Plano Piloto, sede da administração federal e distrital e área de moradia dos funcionários públicos para cá transferidos. Aqui pode-se comprovar que o planejamento original se consolida com sucesso. São várias as razões para esta constatação, mas a cidade é essencialmente o “espelho” do Estado e da sua burocracia. Este espelho tem que ser garantido a qualquer custo, nem que para isso fosse necessário transformá-lo, com 30 anos de existência, em “Patrimônio Cultural da Humanidade”, segundo os cânones da UNESCO. Foi, portanto, esta multiplicidade de condições políticas, financeiras, institucionais, sociais e simbólicas, que é o Plano Piloto, que tem sua dinâmica submetida ao domínio quase que absoluto dos arquitetos e de suas concepções estéticas. Excelente infra-estrutura urbana, rígido controle do uso e da ocupação do solo, homogeneidade no grupo social que aí habita, etc. terminam por preservar uma exceção e não a representação de traços de um povo, ou de uma cultura. Neste particular é perfeitamente justificada a alcunha de “ilha da fantasia”, um verdadeiro “tipo ideal de cidade”.

A decodificação sociológica dessa experiência não poderia ficar restrita a estudos descritivos da sociedade e da cultura que aqui se implanta, exigindo em paralelo, um aprofundamento dos valores e da lógica da reprodução da arquitetura como campo de luta simbólica, onde estética e a política, misturadas com fortes individualidades terminam por oferecer o sustentáculo, sobretudo simbólico, que garante o projeto original na sua essência. Tarefa espinhosa que vai sendo pouco a pouco cumprida apesar das dificuldades que se tem em lidar teoricamente com fenômenos e pessoas em plena vitalidade.² De qualquer forma, uma característica do Plano Piloto e dos Lagos fica confirmada: a cultura burocrática,³ com sua racionalidade própria se espalha para territórios externos ao ambiente profissional - ao escritório na linguagem de Weber – alcançando importantes esferas do mundo vivido e vai ditar o tom do cotidiano da cidade. Neste sentido, os funcionários públicos, vistos como a principal categoria sócio-profissional aí existente vão condicionar o jeito de ser dos habitantes da cidade. Entendê-los nas suas lógicas de existência é crucial para compreender inclusive o apego à cidade que os moradores demonstram, mesmo quando não têm raízes no lugar.

Antecedentes

Brasília foi construída para se transformar na capital política do país num período em que a sociedade brasileira atravessava um dos momentos mais significativos na direção de mudanças estruturais na sua lógica de reprodução. Na história social do país, a segunda metade dos anos 60 do século XX foi um precioso momento de redefinições

² Remetemos ao nosso texto “Brasília: a fantasia corporificada”, no prelo, da Editora Paralelo 15, especialmente o capítulo 2, onde ensaiamos alguns passos nessa empreitada. Além desse, cabe uma pesquisa na literatura ali explicitada, sobretudo aquela que fala da arquitetura e dos arquitetos vistos como “campo” nos moldes de Bourdieu.

³ Em texto anterior procuramos recuperar algumas das características desta “cultura” mas a tarefa necessita maiores detalhamentos, como estamos tentando no momento. Ver: “Brasília: a fantasia corporificada” *Op. cit.*

gerais em várias das dimensões que poderiam caracterizar a sociedade: acelerou-se o processo migratório campo/cidade, a industrialização que havia se tornado eixo principal da acumulação de capital, consolidou-se efetivamente através da implantação das indústrias de bens duráveis e de capital; os investimentos estrangeiros na produção industrial se apresentam como uma alternativa plausível para impulsionar o processo de industrialização, o planejamento estatal se legitima como forma de regulação das relações Estado x Sociedade, há uma expansão maciça de investimentos em infra-estrutura de transporte e de comunicações, etc.

Toda esta série de mudanças, impacta diretamente os mecanismos de mobilidade e de estratificação social tal e qual aconteciam até o momento. Fundamentalmente, o trabalho assalariado começa a se firmar como tendência hegemônica entre as diferentes formas de inserção dos trabalhadores na produção de bens e serviços o que vai, pouco a pouco, redefinindo a estrutura de classes da sociedade brasileira, no seu conjunto.⁴

Brasília, construída para ser a nova capital, vai pouco a pouco recebendo a burocracia do Estado, oriunda, principalmente, do Rio de Janeiro. É este grupo socioprofissional quem, desde a inauguração em 1960, dará a sustentação para a cidade se firmar, ditando os padrões de vida e de comportamento, na nova localidade. Assim, pela sua própria característica, o aparelho de Estado, federal num primeiro momento e distrital na seqüência, se apresenta como o principal empregador da nova cidade e o principal responsável pela massa monetária que aí circula via pagamento de salários ou contratação de serviços de apoio ao funcionamento da máquina administrativa. Construção civil, gráfica, comércio e prestação de serviços, praticamente tudo gira em torno do dinheiro injetado pelo Estado, na economia local. Mesmo se a cidade alcança, em seus 43 anos de existência, uma popu-

⁴ A este respeito ver trabalho de nossa autoria: *Brasília: a fantasia corporificada*, relatório de pesquisa/2002 especialmente o capítulo 1.

lação que gira em torno de dois milhões de habitantes, ainda assim o setor público continua sendo o principal empregador, tendo os funcionários um destaque particular nos assalariados da cidade.

Claro que uma cidade terciária, capital política da nação, com um setor secundário se resumindo essencialmente ao necessário para atender demandas da administração pública (sobretudo gráfica e construção civil) faz com que a massa monetária que circula na cidade tenha no Estado sua fonte quase que exclusiva. Sabe-se, por exemplo, que Brasília vem, pouco a pouco, se firmando como pólo comercial, e também de algumas especializações em serviços, tais como, médico-hospitalares, informática, e mesmo turismo, mas nada que até o momento possa ultrapassar a hegemonia do setor público como o grande empregador local. O fato é que este setor terciário na cidade se estrutura para atender a um mercado gerado na esfera pública, que acaba por se consolidar como a principal razão de existência do aglomerado urbano.

Tendo sido implantada numa zona de fronteira econômica, fez também do empreendimento um forte pólo de atração de migrantes que, expulsos das áreas deprimidas das regiões circunvizinhas, vão para o Distrito Federal procurando melhores condições de vida. Com limites cada vez mais estreitos de oferta de postos de trabalho pelo Estado, essa massa de migrantes, em geral pouco capacitada para se inserir na administração pública, gera em pouco tempo um enorme quantitativo de desempregados que relativamente atinge taxas das mais elevadas do país. Dados para fevereiro de 2003, do DIEESE, indicam a taxa de desemprego no Distrito Federal em 21,7%, da população economicamente ativa, inferior apenas à de Salvador, que atingiu 27,2% no mesmo período. Comparado com outras metrópoles do país o Distrito Federal encontra-se em situação preocupante e tudo leva a crer que a capacidade de oferta de emprego pela economia está em declínio no Distrito Federal. A tabela a seguir, mesmo tomando meses pontuais, o que dá peso substancial a fenômenos conjunturais,

não deixa de ser elucidativa. O relatório do DIEESE aponta, por exemplo, que o mês de fevereiro de 2003 foi particularmente ruim para os empregados em empresas de prestação de serviços e para os funcionários públicos: das 13,1 mil vagas fechadas naquele mês, 11,5 mil eram do setor de serviços e 2,1 mil do setor público, para um total de 207 mil pessoas desempregadas.

TABELA 1 – Taxa de desemprego em algumas RMs brasileiras

Região Metropolitana	Fevereiro/2002	Fevereiro/2003
Salvador	27,3%	27,2%
Distrito Federal	20,8%	21,7%
Recife	19,9%	20,5%
Belo Horizonte	18,1%	19,2%
São Paulo	19,1%	19,1%
Porto Alegre	15,0%	14,8%

Fonte: PED/DIEESE

Na verdade são duas lógicas que se complementam para que estas taxas de desemprego atinjam níveis tão elevados: de um lado, a maioria dos migrantes de áreas polarizadas pelo Distrito Federal chegam na cidade completamente despossuídos de condições de empregabilidade, salvo para atividades de baixos níveis de qualificação e, portanto, de baixa remuneração; de outro, a rápida modernização da máquina administrativa apresenta uma capacidade enorme de absorção de inovações tecnológicas na sua rotina de trabalho, o que leva a um perfil médio elevado de capacitação profissional em todos os níveis. De fato, o mercado vai, pouco a pouco, selecionando os mais capazes, sobretudo se pensarmos que as práticas clientelísticas de entrada na esfera pública foram sendo ultrapassadas, especialmente no recrutamentos para cargos de nível técnico federais mais qualificados. Nestes casos, o clientelismo, ou suas manifestações mais pontuais, vai se expressar nas áreas de origem dos políticos que têm o hábito de arregimentar em suas localidades, onde obtêm seus votos, os nomes para os cargos federais disponíveis. Brasília, sendo o lugar de destino destes escolhidos, termina por aparecer como paraíso do clientelismo, quando de fato é apenas o lugar onde se concretizam articulações clientelísticas ori-

undas das bases político-partidárias espalhadas por todo território nacional.

É bem verdade que uma vez alcançada a autonomia política do Distrito Federal, já nos fins dos anos oitenta, é toda a tradição da cultura política brasileira que se implanta, onde promessas as mais esdrúxulas são periodicamente feitas, particularmente no momento de eleições. Nestes momentos a oferta de empregos ou de novos postos é a mais usual pelos diferentes candidatos, numa reprodução, neste ambiente modernista, de práticas arcaicas de inserção na lógica estatal.

Perfil Médio do Funcionalismo Público do DF

Nosso foco, por instante, é delinear o perfil daquele habitante médio do Distrito Federal, particularmente o do Plano Piloto, a fim de podermos avançar em nosso objetivo. Fizemos um levantamento junto à PNAD/2000 para traçarmos algumas das características ou perfis desta categoria, dentro do Distrito Federal,⁵ o que pode nos revelar aspectos singulares de um habitante “médio” de Brasília.

Foram encontrados no Distrito Federal neste ano um total de 142.811 funcionários públicos (estatutários e militares). Para a grande parte das regiões administrativas que compõem o Distrito Federal os funcionários públicos em todas as suas hierarquias estão entre as principais atividades da população economicamente ativa. A importância do setor público como empregador desta população ativa fica mais evidente se observarmos a proporção de seus empregados em relação à força de trabalho efetivamente empregada: encontramos aí o dado segundo o qual aproximadamente 14% dos assalariados do Distrito Federal estão sendo pagos diretamente pelo Estado. Como é usual no Brasil urbano a parcela mais importante da PEA está empregada sem carteira assinada (19,2%), conforme pode ser constatado no quadro abaixo.

⁵ Os dados da PNAD são apresentados de forma agregada para o conjunto do Distrito Federal (Plano Piloto e Satélites) sendo, portanto, impossível recuperar informações exclusivas para o Plano Piloto. Assim, as análises para o Plano são aproximativas.

TABELA 2 – Posição na ocupação no trabalho principal no ano 2001, Distrito Federal

Posição na ocupação no trabalho principal	Absoluto	Relativo (%)
Empregado com carteira	378.030	36,6
Militar	15.951	1,5
Funcionário público estatutário	133.109	12,9
Outros empregados sem carteira	198.266	19,2
Trabalhador doméstico com carteira	34.055	3,3
Trabalhador doméstico sem carteira	77.975	7,5
Conta-própria	134.082	13,0
Empregador	40.749	3,9
Trabalhador na prod. p/ próprio consumo	3.149	0,3
Trabalhador na prod. p/ próprio uso	2.167	0,2
Não remunerado	16.734	1,6
Total	1.034.267	100,0

Fonte: IBGE, PNAD, 2001- Elaboração do autor a partir de microdados

Masculino e feminino, no emprego público

Ainda de acordo com a PNAD/2000, constatamos que a presença de funcionários do sexo masculino no total do funcionalismo encontrado é de 79.183 (55,4%) e aqueles do sexo feminino atingem a 63.628 mulheres (44,6% do total). As funções do Estado presentes em Brasília são, salvo exceções, restritas à chamada administração direta, que, como é de praxe, se restringe às atividades de escritório, frente a instrumentos mecânicos de pouco uso da força física. Neste contexto, a mão de obra feminina é absolutamente igual à masculina no que se refere à capacidade de executar tarefas de rotina. Daí a elevada participação das mulheres no cômputo geral dos postos do setor público em Brasília.

Esta característica reflete uma das especificidades do mercado de trabalho local que provavelmente se espalha para os empregos fora da esfera pública; se considerarmos que o comércio e a prestação de serviços são também atividades onde é expressiva a presença das mulheres iremos nos dar conta de que tanto homens como mulheres disputam os postos existentes em condições muito semelhantes, o que se traduz na feminilização do mercado local de trabalho que caracteriza a cidade no seu conjunto. Independente de qualquer consideração so-

bre práticas discriminatórias, os dados estão indicando um espaço do trabalho moderno com a presença conjunta dos dois sexos em condições muito parecidas, ao menos na disputa por postos oferecidos.⁶

Grupos de idade por sexo no mercado de trabalho

Os funcionários públicos do Distrito Federal, homens e mulheres, estão concentrados na faixa etária dos 20 aos 49 anos, mais particularmente entre 30 e 39 anos (42% do total). A representação da pirâmide etária dos funcionários, por sexo, permite visualizar que as mulheres estão concentradas nas faixas dos 20 anos aos 49 anos, sendo praticamente irrisória a sua presença nas faixas dos 10-19 anos e acima dos 59 anos.

Comparando com a pirâmide dos não funcionários constatamos que o número de mulheres na faixa dos 10-19 anos é praticamente o mesmo que o de homens, embora nas faixas mais elevadas a presença feminina seja bem menor que a dos homens. Levantamos a hipótese de que para o caso das mulheres funcionárias públicas a aposentadoria mais cedo explicaria a queda da presença feminina nas faixas etárias mais idosas; para as não funcionárias é possível que, além da aposentadoria mais cedo que os homens, os postos de trabalho onde mulheres são demandadas colocaria como um dos pré-requisitos a aparência física que, na sociedade brasileira, super valoriza a juventude ou faixas etárias em idades medianas para as mulheres. Mesmo assim é praticamente senso comum que uma pessoa, homem ou mulher, acima dos cinquenta anos tem muito mais dificuldades de se engajar no mercado de trabalho do que os mais jovens, fato que é mais crucial ainda para mulheres. Como a entrada no funcionalismo cada vez mais se faz via concursos públicos, a estabilidade no emprego é

⁶ Evidentemente, para atividades de consertos e reparos (veículos, máquinas e equipamentos) o trabalho feminino é irrisório, se restringindo ao atendimento ao público.

mais garantida e os vínculos criados dentro da máquina burocrática garantem a permanência mesmo com idades mais avançadas.

Assalariados por origem geográfica no DF

Uma outra característica interessante sobre o mercado de trabalho no Distrito Federal pode ser percebida quando se olha a origem ou o local de nascimento dos assalariados. Pois bem, em uma cidade nova, com 43 anos de existência legal, pode ser absolutamente natural que a grande parcela deles – funcionários ou não – não sejam nascidos na cidade. De fato, entre os assalariados *não funcionários* do total de 663.079 pessoas, 75%, isto é 497.500 nasceram fora do Distrito Federal e 25%, ou seja, 166.029 são indivíduos já nascidos na própria cidade. Estes dados nada mais indicam que, mesmo se colocando como um dos campeões nas taxas de desemprego do país, o Distrito Federal continua exercendo um elevado poder de atração de migrantes, além, é claro, de demonstrar a consolidação do sítio urbano não apenas como lugar de passagem mas também, e sobretudo, lugar de destino destes migrantes.

É bastante estudada a prática de se distribuir lotes ou terrenos para moradia a migrantes, adotada por grupos políticos que historicamente vêm ocupando o poder político da cidade, com raros intervalos de alternância de tendências outras no Palácio do Buriti, sede da administração distrital. Esta prática é facilitada sobretudo pela enorme disponibilidade de terras públicas, desapropriadas quando da construção da cidade mas nunca efetivamente demarcadas. De fato, a propriedade jurídica das terras locais facilita de forma incomum a ação de grileiros que se infiltram pelos canais da administração pública e pela representação político-partidária, transformando a “terra” numa moeda de elevado poder de barganha, sobretudo no mercado de votos, durante as eleições distritais. Esta cultura de ocupação dos aparelhos de Estado (inclusive via cargos eletivos) e o subsequente uso da terra

pública como moeda política é, certamente, uma das grandes responsáveis pela enorme quantidade de migrantes que chegam permanentemente à cidade, mesmo apresentando elevados índices de desemprego entre as grandes cidades do país. Não há, na verdade, incoerência em optar pelo Distrito Federal como lugar de destino por estes grupos migrantes, se não bastasse o fato de ser o Brasil uma das sociedades onde é mais grave a distribuição de renda do mundo e, por conseqüência, onde as condições gerais de vida são extremamente precárias para parcelas substanciais da população (Paes de Barros, R. *et al*, 2000). Em contextos similares, a única possibilidade de aceder à terra para construir a moradia pode ser considerada um forte poder de atração para migrantes empobrecidos.

Por outro lado entre os *funcionários públicos* é, de certa forma natural, que um grande número não seja nascido no próprio Distrito Federal. Seja porque parcela importante veio para Brasília transferido dos lugares de origem, seja porque a generalização do concurso público para preencher cargos tem, geralmente, alcance nacional, o fato é que do total de 142.811 identificados pela PNAD, 102.591, correspondendo a 71,8% não são nascidos na capital do país e apenas 40.220 (28,2%) são originários da própria cidade. A presença dos *funcionários* nascidos no próprio Distrito Federal se manifesta sobretudo entre aqueles que têm entre 20-29 anos e é praticamente total naqueles *funcionários* entre 10-19 anos (...).

Cultura no território da cidade-estado

Certamente na dinâmica evolutiva da economia brasileira, onde vários espaços são ainda *lugares* transitórios, o Centro-Oeste, particularmente o macro eixo Brasília-Goiânia, terá ainda importantes papéis a desempenhar. Entretanto, interessa-nos aqui aprofundar na decodificação da cultura urbana que se implanta no Distrito Federal, particularmente nas características do modelo de vínculo social que uma ca-

tegoria socioprofissional cria e reproduz num espaço urbano de desenho original e, portanto, com a máxima fluidez na experimentação de novas alternativas. O tema já deu margens a inúmeros trabalhos acadêmicos (Paviani, 1996, Holston, 1996, Nunes, 2002 e 1997 e outros) e esta nossa empreitada vem de fato somar a estes já referendados. Sabemos que alcançar uma originalidade no que estamos pretendendo aqui é um pouco mais complicado, dada a quantidade e qualidade de textos já produzidos sobre a cidade.

São duas as hipóteses que podemos considerar para trabalhar esta dimensão: de um lado, mostrar a relação entre o desenho da cidade que maximiza as possibilidades de racionalização de uso do território e, portanto, tratar este espaço construído como um imperativo totalitário sobre as possibilidades de aparecimento de uma cultura original; de outro, sustentar a hipótese de que na relação entre o espaço construído e as práticas sociais que aí se implantam ocorreriam possibilidades de gestação de uma cultura original calcada numa particular relação sociedade/território. Aparentemente similares, estamos considerando na verdade duas possibilidades de análise: ou situar o território físico como um fato acabado em cima do qual a vida social se implanta, ou tratar justamente da relação entre os indivíduos e o território numa relação orgânica entre uns e outro, possibilitando, neste caso, a formação de uma cultura original, particular.

A primeira perspectiva, uma visão tradicional de pensar o espaço urbano, ou seja, compreendê-lo como um *suporte* em cima do qual as relações sociais acontecem, é privilégio sobretudo de uma perspectiva analítica de cunho marxista mais ortodoxa. Entendemos que se trata de uma abordagem geral que limita a compreensão do fenômeno urbano na sua especificidade. Sem dúvida, o espaço urbano pode ser lido como uma “unidade coletiva de reprodução da força de trabalho”; entretanto, trata-se de uma abordagem extremamente mecanicista que fez escola na sociologia dos anos 70 do século XX, mas que não consegue responder a uma série de inquietações intelectuais que se

firmam sobretudo a partir da generalização da urbanização das diferentes sociedades humanas neste começo de milênio.⁷ A metropolização, o aparecimento de megalópolis em todos os continentes, as chamadas cidades globais, e até mesmo a permanência de formas tradicionais de aglomerações humanas, enfim, uma série de possibilidades de manifestação do fenômeno no mundo, hoje não nos permite enquadrá-lo dentro de um único modelo explicativo, universalizante.

Tendemos, ao contrário, a incorporar na compreensão do fenômeno urbano a dimensão simbólica do espaço construído, onde a história é registrada nas diferentes dimensões e momentos vividos e experimentados pelos seus habitantes. Uma perspectiva de análise bem mais complexa, pois entra na esfera das subjetividades de grupos e indivíduos na sua relação com o espaço, relação esta que se constrói num cotidiano vivido, experimentado a partir de representações onde justamente esta dimensão é crucial. A questão poderia, portanto, ser recolocada em novos termos: quais as possibilidades de intermediação do espaço físico, construído, na formação das mentalidades dos que nele habitam?

Esta perspectiva nos remeteria, por exemplo, a Simmel, que nos fala do homem *blasé* detentor de uma mentalidade específica que advém justamente da impessoalidade dos vínculos cotidianos na metrópole, regulados pela moeda e seu enorme poder de fetichizar as relações do dia a dia. É sem dúvida uma aproximação fértil de nosso objeto. Implícito na sua análise está o espaço físico como um dos elementos na produção desta lógica de atração e repulsa entre pessoas nos ambientes urbanos, de grandes cidades. Mas faltaria ainda a inserção de elementos do próprio espaço físico e não somente do espaço mental.⁸

⁷ O exemplo mais marcante desta visão mecanicista da cidade é, sem dúvida, as duas obras de Manuel Castels dos anos 70: “A questão urbana” e “Monopoleville”. (vide bibliografia)

⁸ Brasília é um lugar privilegiado para se refletir sobre estas questões por ser uma experiência *sui-generis*, pelo menos na sociedade brasileira.

Se nos remetêssemos a Freud, por exemplo - estamos pensando em Freud do “Mal Estar da Civilização” - que utiliza o espaço urbano como metáfora do inconsciente, quando se refere às diferentes eras da civilização ocidental refletidos no espaço construído de Roma (Freud, 1997). Sim, porque o espaço construído é também história, ou é sobretudo história, refletida nos edifícios, nos monumentos, na natureza; uma história construída não por indivíduos excepcionais, mas pelo homem comum que tem sua vida refletida nas diferentes ruas e esquinas, na arquitetura, nos símbolos e na ecologia da cidade vivida.

São justamente estes espaços públicos, que de tão familiar acabam se confundindo com o espaço privado da casa, que fazem com que o cotidiano nas metrópoles ou nas grandes cidades acabe se reduzindo ao uso de territórios escassos do bairro ou, no máximo, do percurso da sua casa ao trabalho. Os percursos cotidianos tornam-se mecânicos ao ponto de que, saindo pela manhã para as atividades diárias, o indivíduo tem na mente o desenho do percurso que fará até o seu destino de tal forma automatizado, que termina por olhar sem ver a paisagem, de tão familiar que ela fica. Em contrapartida, esta aparente indiferença aos componentes da paisagem está significando uma profunda familiaridade com o espaço e seus componentes; de tal forma que, qualquer modificação na paisagem significa fontes adicionais de inquietação e insegurança.⁹

Constrói-se um dia a dia que acaba por transformar a grande cidade num pequeno bairro onde as relações de vizinhança, de relacionamentos pessoais, terminam prevalecendo; claro que o anonimato tão caro a Simmel continua existindo e fazendo parte do cotidiano da metrópole ou da grande cidade. Entretanto, o sujeito se construindo na relação com o “Outro” é inevitável a reconstrução de espaços de camaradagem que permitem a visibilidade social do indivíduo. Este

⁹ É interessante refletir sobre a necessidade que grande número de pessoas sente de viajar para lugares desconhecidos e perceber que, nestes momentos, o prazer é observar em detalhes a paisagem dos lugares visitados. Pessoas que, justamente, na rotina do dia a dia, jamais interrompem uma atividade para observar, ou fotografar os detalhes do lugar que mora. Tudo aparece como uma “*inútil paisagem*”.

existir na aglomeração, esta sensação de pertencimento acaba se reproduzindo, também, em seu ambiente de trabalho, e demais espaços de sociabilidades cotidianas, onde amizades e camaradagens são feitas numa escala paralela de afetividade e transcendente às relações formais, racionais, exigidas pelo ambiente profissional. Entendemos que o cotidiano aí instalado estaria impregnado dessa estreita articulação entre redes e aparelhos cuja existência pressupõe tanto relações primárias quanto relações secundárias entre pessoas e grupos. Vínculos de camaradagem convivendo ao lado de relações extremamente racionais terminam por gerar um caldo de cultura onde o corporativismo parece estabelecer os códigos reais de convivência. Na essência é a própria reinvenção de espaços de socialidades primárias, de relações calcadas em redes informais, que aparecem exatamente em ambientes onde a mercantilização atinge o seu limite extremo. Enfim, a cidade é o lugar da memória que se constrói no mundo vivido, em esferas coletivas vivenciadas individualmente, subjetivamente, que terminam por recriar vínculos de intensidade variadas, mas que terminam também por produzir um espaço misto de solidariedades mecânicas e orgânicas que convivem simultaneamente.¹⁰ A partir dela se dá a apropriação mental do espaço físico – *minha cidade, meu bairro, minha rua, minha casa...* – cada escala geográfica, territorial com lógicas distintas de *pertencimento*. A cultura do lugar é assim produto da relação estabelecida com o próprio lugar, logo, a paisagem humana e física é parte integrante dessa cultura.

Cultura urbana na cidade monofuncional

A apresentação dos dados da PNAD-2001 anteriormente descritos está considerando de forma implícita que o cenário econômico,

¹⁰ Cada vez mais a “memória” aparece como um componente especial na compreensão dos processos sociais e a compreensão de sua lógica merece um olhar mais acurado. Ver por exemplo, Domingues (1999) especialmente o capítulo 2.

social e cultural de Brasília está comprometido com a categoria sócio-profissional dos empregados do governo federal, assim como pelo funcionalismo do próprio governo do Distrito Federal. De fato, não haveria maiores dúvidas sobre esta hipótese, se não bastasse o fato de que a cidade é a capital política do país e, tudo que se refere ao aparato administrativo do Estado, nas suas três esferas – executivo, legislativo e judiciário – está maciçamente representado na cidade, sobretudo nas suas esferas das altas decisões.

Brasília vai assim, pouco a pouco, nesses seus 42 anos de existência, se consolidando como capital política, ocupando um espaço no imaginário nacional antes monopolizado pelo Rio de Janeiro. Este lugar criado deixou de ser visto como uma “usurpação” de algo que seria obviamente privilégio da antiga capital que, no imaginário nacional vai deixando de ser encarada como tal. Hoje é fora de questão: Brasília é a capital política do país e sua importância no imaginário nacional só encontra paralelo pelo poderio econômico de São Paulo, cuja área metropolitana é responsável, ainda, por substancial parcela do PIB nacional.

De fato, a fundação de Brasília tem papel significativo na passagem daquilo que, desde a sociedade colonial, eram diferentes economias regionais formando uma economia nacional, para uma economia nacional formada por várias economias regionais, fenômeno que se observa a partir de meados do século XX. Implantada numa região de fronteira, com baixíssimas densidades demográficas, a cidade conta hoje mais de 2 milhões de habitantes, espalhados pelo Plano Piloto e pelas suas 19 cidades satélites, a maioria delas criadas como resultado do elevado poder de polarização que Brasília apresenta. Estudos do IPEA (1999) comprovam a formação de um macro-eixo urbano cobrindo a capital do país, as cidades de Anápolis e Goiânia, com elevado potencial de crescimento econômico cuja área de influência e polarização se estende por vastos territórios do sertão nordestino e da Amazônia brasileira. Este eixo forma quase que uma barreira imaginá-

ria de uma polarização nacional tradicionalmente exercida pela Região Sudeste, especialmente o estado de São Paulo e sua Região Metropolitana. Indica, ainda, que não se pode mais falar em “região de fronteira” quando nos referimos a Brasília.

Uma entrada possível de compreensão da lógica implícita dos vínculos sociais que se constroem na cidade seria refletir a partir dos pressupostos teóricos da sociologia das profissões, particularmente no que se refere à lógica da burocracia. Sabe-se que esta lógica burocrática produz um vínculo social que se organiza via ideologia da eficiência e da *expertise* que, a partir das instituições onde ela é hegemônica, se espalha para o conjunto da sociedade. A valorização do profissionalismo na esfera burocrática se dá via superestimação de valores e práticas das classes dominantes, onde o individualismo e a preocupação com o *status* estariam no centro das aspirações profissionais. Particularmente a luta por *status* vai se traduzir pela construção de um projeto coletivo de mobilidade social (Barbosa, 1993, p. 21) específico das camadas burocráticas. Qual poderia ser a característica desse *projeto coletivo*?

No plano ideológico, que nos é particularmente caro, a separação fundamental entre trabalho intelectual e trabalho manual dita o tom da ideologia hegemônica no interior da burocracia. A teoria nos fala que o trabalho intelectual gera uma contradição no próprio seio do trabalho produtivo; ao mesmo tempo em que fazem parte do trabalhador coletivo, tendem, pela sua posição na divisão do trabalho, a realizar as operações políticas, ideológicas e técnicas de subordinação da classe diretamente produtiva ao capital.¹¹ É nesse sentido que a existência das profissões é totalmente subordinada às relações de classe; um conjunto de trabalhadores que nada produz além de formas de gestão e controle terminam por ser absolutamente funcionais à reprodução do sistema no seu conjunto (Barbosa, 1993, p.16).

¹¹ Deve-se ressaltar que o lugar teórico dessa esfera do mundo do trabalho ainda não está completamente definido, optando-se, em geral, por uma indefinida “classe média” cujo estatuto dentro da teoria está ainda para ser construído. Ver Claus Offe, entre outros.

Claro que estas considerações guardam estreita vinculação com a natureza do Estado e o regime político sob os quais a burocracia existe, o que nos levaria a concluir que a categoria de análise “burocracia” necessita explicitar o contexto sóciopolítico em que atua para determinarmos a sua especificidade. Entretanto, não se poderia pensar em grandes alterações ou mudanças na ordem estabelecida dos valores societários originários de seu grupo de funcionários ou gestores burocráticos do Estado. Justamente essa adequação à ordem estabelecida é que dá origem a uma imagem de “neutralidade” da burocracia e se estabelecem critérios próprios de existência dessa categoria sócio-profissional. Detentora, portanto, de uma autonomia relativa face à lógica societária, no seio da burocracia se constrói uma cultura de valorização das funções, uma lógica hierárquica de situação individual, que gera diferentes trajetórias de inserção e de reprodução da profissão de funcionário público.

Precedentes históricos da burocracia brasileira

A consolidação da burocracia no Brasil pode ser considerada a partir da proclamação da República, em 1889. A partir de então o Estado português definitivamente deixa de se responsabilizar pelos negócios públicos e os brasileiros pouco a pouco vão assumindo as responsabilidades pertinentes. O funcionalismo público poderia ser considerado, então, como a categoria socioprofissional que representava o mercado de consumo mais estável em nossas cidades. Isto em razão de deterem postos de trabalho permanentes, dentro de um contexto onde a urbanização incipiente não dava margens a uma complexa divisão de trabalho nas cidades. Este mercado, por um lado, era excessivamente concentrado nas cidades capitais da colônia e nos centros exportadores; por outro lado, era difuso pelas cidades do interior do país, caracterizadas por uma pobreza crônica de seus habitantes. Esta pobreza, resultado de baixa circulação de moeda, dada a estreita divi-

são do trabalho social, se refletia no tímido mercado de consumo de produtos transformados. Com a economia agrária ditando o eixo da acumulação do capital, no país, a máquina do Estado era a responsável pela existência do que poderia se considerar como os primórdios de uma “classe média” urbana.

Esta classe média vai se consolidando aos poucos na estrutura social, ganhando reforço com a expansão do setor industrial, sobretudo a partir dos anos 30 do século XX. Consideramos que as novas formas de trabalho que aparecem na indústria vão, paulatinamente, definindo a natureza do conjunto do trabalho assalariado, inclusive no setor estatal.¹² Podemos inferir, a partir de estudos já elaborados, que o liberalismo e o positivismo exerceram influência sobre os primeiros industriais brasileiros, cujo discurso aliado à prática permitiu a incorporação do “*ethos*” capitalista industrial por toda a sociedade¹³. De fato, a primeira metade do século XX evidencia mudanças estruturais na conformação das classes sociais, com a consolidação dos industriais ocupando espaços de poder, antes privilégios das classes agrárias. Óbvio que quando se fala em classes industriais, está-se falando também no seu reverso, ou seja, na classe que vive da venda de sua força de trabalho para estes industriais. Assim, burguesia industrial e proletariado ocupam, paulatinamente, a cena política do país urbano, no bojo de revoluções, revoltas, regimes autoritários e/ou populistas, tudo na base da mudança do eixo da acumulação do capital das lavouras para as indústrias.

De uma divisão técnica do trabalho na fábrica implantada com um planejamento cada vez mais minucioso, se contrapõe a impossibilidade do planejamento na sociedade, ou melhor, na divisão social do trabalho. Por um lado, os empresários vão implementando processos

¹² Para Weber a lógica da burocracia não se difere essencialmente da lógica da empresa ou dos exércitos, ou mesmo da Igreja, no sentido da sua estrutura de funcionamento interno. (Weber, 1991)

¹³ Nancy C. Muniz. *A gestão dos servidores públicos pelo Estado*. Dissertação de Mestrado, Departamento Sociologia/UnB 1995

de trabalho cada vez mais racionais na fábrica e, por outro, vão induzindo a generalização desta racionalidade para o conjunto da sociedade. Em 1931 cria-se o IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho, por iniciativa de lideranças empresariais paulistas;¹⁴ em 1938 cria-se o Departamento de Administração do Serviço Público – DASP; em 1942 foi criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o SESI – Serviço Nacional da Indústria, ambos filiados aos sindicatos patronais de cada estado da Federação; dos quadros do DASP funda-se, em 1944, a Fundação Getúlio Vargas. As grandes estatais começam a ocupar espaço, sobretudo na década de 40: Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Nacional de Álcali, culminando com a PETROBRAS, nos anos 50. Observa-se que, ao mesmo tempo em que se institucionaliza lugares de treinamento e capacitação da força de trabalho, o Estado investe maciçamente na indústria de base para alimentar demandas da indústria em expansão.

O que é digno de ressalva é o fato de que esta onda de modernização capitalista detém núcleos duros de entrada, resguardando alguns setores econômicos das transformações mais radicais. É o caso, por exemplo, da agricultura onde a modernização técnica e das relações de trabalho vão ocorrer num ritmo inferior, provavelmente porque era o setor que, via exportação, gerava divisas para financiar os investimentos industriais. Nesse sentido, a sua funcionalidade sendo definida, não convinha alterar a relação entre trabalho e capital aí existente, o que começara a ocorrer posteriormente, nos anos 60. Esta expressão desigual dos processos modernizantes nas relações de trabalho pode ser também percebida na expansão do setor informal (relações monetárias, mas não sob a forma de assalariamento) que adqui-

¹⁴ Filiado ao Comitê Internacional de Organização Científica de Zurich, tinha por lema: “método, razão, tempo e saber”.

re uma dinâmica própria, tanto nas cidades, quanto na pequena produção agrícola para autoconsumo.¹⁵

Nos anos 50 é quando a entrada de capitais produtivos na indústria ganha peso e a internacionalização da nossa economia se insere num projeto desenvolvimentista, comandado pelo governo Juscelino Kubitschek. Assim, com este tripé – Estado, Capital Nacional e Capital Internacional – vão se desenrolar a economia e a sociedade brasileira nos anos seguintes, até a última década do século, quando o Estado produtor sai praticamente de cena, no bojo da vaga neoliberal e das teses de Estado-mínimo.

Interessa-nos ressaltar que os mecanismos de gestão da força de trabalho, com a adoção de modelos de gerenciamento de recursos humanos desenvolvidos para as grandes empresas, organizadas segundo princípios tayloristas e fordistas, são implementados no país, atingindo inclusive o próprio funcionalismo público. Neste setor também podemos detectar uma dupla dinâmica: por um lado, um funcionalismo tradicional, que existia e se reproduzia nos moldes de um Estado clientelista, onde as resistências à modernização dos processos de trabalho eram notórias; de outro, a urgência das reformas sociais e econômicas, sobretudo a partir de Juscelino Kubitschek, induzindo melhorias no desempenho da máquina pública a fim de corresponder às exigências sociais e econômicas.

Embora a melhoria da eficiência do setor público não tenha sido uma das metas prioritárias de JK, vale destacar as duas comissões criadas com este intuito: a Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) e a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA), ambas com fins de melhorar o desempenho da administração brasileira. O projeto de transferência da capital administrativa, se dá então justamente no momento em que o Estado planejador assume seu ponto de maior expressão na história da república. É quando a eficiência do

¹⁵ A respeito da funcionalidade do setor informal na economia brasileira o texto clássico é Francisco de Oliveira: *Crítica à razão dualista*. Vide bibliografia.

sistema no seu conjunto começa a pressupor também uma eficiência do próprio aparelho de Estado, gestor maior desse processo.

Nessa dinâmica à duas velocidades, o DASP, que obteve alguns progressos quando de sua implantação, sofre o choque entre conceitos e práticas administrativas modernas e tradicionais, bloqueando o movimento de modernização na esfera da administração pública.

Procedimentos tradicionais de contratação de pessoal por critérios de conveniência e nepotismo contrapunham-se às exigências de concurso público, dando origem a um enorme número de órgãos paralelos à administração estatal, através dos quais a política econômica se exercia”. (Muniz.*op. cit.* p. 78).

O fato é que a racionalização do serviço administrativo do Estado vai enfrentando resistências sucessivas¹⁶ e da mesma forma que para os demais setores sociais, o setor público é também imbuído do fenômeno da heterogeneidade no seu processo de modernização.

Conforme Weber (1999, p. 529)

em um Estado moderno, o domínio efetivo não se manifesta nos discursos parlamentares, em declarações de monarcas, mas sim no cotidiano da administração, encontra-se *necessária e inevitavelmente nas mãos dos funcionários tanto militar quanto civil* (grifo nosso) pois também o oficial superior moderno dirige as batalhas a partir do escritório”.

Para este autor a modernização da economia, a evolução do capitalismo vem de par com o fortalecimento do Estado burocrático, baseado no contrato, pensão, carreira, treinamento especializado e divisão de trabalho, competências fixas, documentação e ordem hierárquica, todos critérios unívocos da modernização do Estado, tanto monárquico, quanto democrático. Justamente esta insistência de Weber em tratar o Estado moderno, do ponto de vista sociológico, como uma empresa (Weber, p. 530), do mesmo modo que uma fábrica é que vai explicar o porque no Governo JK se criem instâncias paralelas

¹⁶ “...a organização científica deveria começar pelos serviços industriais do Estado, seguindo-se após o ciclo das entidades autárquicas, os serviços públicos...Gradativamente, sem precipitações, seriam posteriormente atingidos os diversos órgãos do Estado. Sem maiores sobressaltos, ter-se-ia, assim, operado uma legítima racionalização, e o DASP prestaria grande serviço à Nação se apressasse o movimento inovador” (Silva, Benedito, *apud*... p.79)

à burocracia, na medida em que a eficiência necessária para se planejar a sociedade e fazer “50 anos em 5” não poderia ficar exclusivamente nas mãos de uma administração que, apesar de recente, trazia os vícios de uma sociedade patriarcal e patrimonialista que lhe criou.

O projeto mudancista vai se dar, portanto, no bojo de uma dicotomia entre um Estado, e, portanto, um corpo administrativo, construído em longas tentativas de modernização para acompanhar justamente a modernização ocorrendo na economia e a resistência oriunda de culturas patriarcais no uso da coisa pública. A quase imediata ocorrência de um golpe militar em 1964, ou seja 4 anos apenas de existência da cidade,¹⁷ no nosso entender corrobora para a sua firmção definitiva como capital do país; isto mesmo se – ou justamente por isso - a ditadura militar vai se caracterizar por um isolamento do poder do Estado frente a sociedade civil, num período relativamente longo de aproximadamente, 20 anos de regime de exceção.

Por um lado, o isolamento geográfico do novo sítio, o seu difícil acesso por parte das massas populares que se manifestavam quotidianamente nas nossas grandes cidades, dando-lhes visibilidade e forte poder de pressão, não podiam mais entrar em contato direto com o poder do Estado, seu alvo preferencial.¹⁸ Esse distanciamento físico é uma indubitável barreira às contestações oriundas da sociedade civil, operando metaforicamente para fortalecer a imagem de um poder de Estado exclusivo, de um grupo seletivo. Por outro lado, as necessárias transformações na estrutura mesma da máquina burocrática em curso já desde o governo JK e adotada como objetivo da ordem militar então no poder, é facilitada justamente pela sua mudança para um espaço novo, sem tradições e história, constituindo simbolicamente um “vazio” nos vínculos da burocracia com a sua própria cultura. A nova

¹⁷ Sobre o contexto econômico e político em que se deu a construção da cidade, remetemos à primeira parte de nosso texto “Brasília: a fantasia corporificada” (vide bibliografia)

¹⁸ É interessante lembrar que com a revolução nos meios de comunicação, que ocorrerá a partir dos anos 80, esta não é mais uma característica da cidade. O espaço muda de configuração e se torna acessível de qualquer ponto e em tempo real.

cidade se presta, então, tanto aos objetivos estratégicos de isolamento das massas quanto aos objetivos operacionais de modernizar o aparelho de Estado. A imagem da tecnoburocracia, como nova identidade de um núcleo da administração pública que se dedicava simplesmente às ações técnicas, sem envolvimento com o “país real”, se cola perfeitamente à imagem da cidade como “ilha da fantasia”. E isto num momento onde, conforme já frisado antes, o Estado planejador atinge o seu auge, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento, onde, de Brasília saíam todas as estratégias econômicas, sociais e políticas para o conjunto da Nação. Torna-se de fato “a capital”, mesmo se ao preço de um total descolamento das populações do país.

Nosso intuito é avançar um pouco mais na decodificação da lógica urbana da cidade articulada com esta lógica burocrática então implantada. Dessa nossa análise restam questões: Como se constroem os vínculos sociais nesse novo espaço? Qual a capacidade de resistência da cultura burocrática tradicional, carioca, clichê de uma lógica ineficiente, frente a esta nova lógica que agora se impõe através da visão militarizada do Estado? Quais os efeitos sobre a evolução que a cidade vive ao longo de sua história, tendo em vista a democratização da política brasileira a partir dos anos 80? Como a lógica burocrática, tecnicizada convive com a nova lógica democrática agora implantada?

Uma larga tarefa, que nos remete de início às reflexões de Gorovitz (2002), analisando os possíveis riscos da modernidade na qual Brasília se insere, recorre a Habermas para quem a condição moderna eqüivale, ao “*desenvolvimento das ciências da moralidade, das leis universais e da arte autônoma nos termos da própria lógica internas destas*” (sic). É esta autonomia às formas de consciência que conduz à afirmação do indivíduo como princípio e como valor, que parece que em Brasília se tornou regra.

(Recebido para publicação em maio de 2003)
(Aceito em junho de 2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Maria Ligia de Olivera. Sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB** – Rio de Janeiro, n.36, 2º semestre 1993.
- BARROS, Ricardo Paes et al. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-41 fev. 2000.
- CASTELLS, Manuel; GODARD, Francis. **Monopolville, P'entreprise, P'état, P'urbain**. Paris: La Haye Mouton, 1974.
- COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. In: RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, Arquivo Público do Distrito Federal, 1991.
- DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar da civilização**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1997.
- GOROVITZ, Matheus. Os riscos da modernidade. **Revista Projeto Design**, Brasília, fev. 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 1997.
- KOLSDORF, M. Elaine; BICCA, Briane E.P. **Permanência e metamorfose: a preservação de Brasília**. Brasília: IPHAN, 2001.
- LE CORBUSIER, Charles E. J. Gris. **Carta de Atenas**. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UFMG, 1964.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil (1895-1965)**. São Paulo, Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.
- MUNIZ, Nancy A. Campos. **A gestão dos servidores públicos pelo Estado**. Brasília: 1995. Dissertação (Mestrado) – UnB – Depto de Sociologia.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. Weber, Simmel e Wirth: a cidade e o cidadão na sociedade de mercado. In: PINHEIRO, M.F., BANDEIRA, L.M.; MENEZES, M.L. (Orgs.). **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: EDUnB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Ed. Paralelo 15. (no prelo).
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, **Estudos CEBRAP n.1**, 1977.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SIMMEL, Georg. Métropoles et mentalité. In: GRAFMEYER, Y; JOSEPH, I. (Org.). **L'école de Chicago: naissance de l'écologie urbaine**. 2.ed. Paris, Aubier (Les éditions du Champ Urbain), 1984.

WEBER, Max. Conceito e categoria de cidade. In: VELHO, O.G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, EDUnB, 1991 (v.1) e 1999 (v. 2).

WIRTH, Louis. O urbanismo como forma de vida. In: VELHO, O.G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.